

III SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL

DE 26 A 28 DE JUNHO

As Instituições de Ensino e a Promoção da Agroecologia na Política de Extensão Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)



Ensino de Extensão Rural, ética e emancipação humana *Rural Extension Teaching, ethics and human emancipation*

SILVA NETO, Benedito¹

¹ Docente do PPG em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul. Email: bsilva@uffs.edu.br.

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar como as concepções éticas influenciam a prática e o ensino da extensão rural, inclusive em relação à Agroecologia. O referencial teórico adotado é baseado na obra de György Lukács, que mostra o caráter religioso apresentado pela ética nas sociedades contemporâneas, o qual origina concepções éticas a-históricas e pretensamente universais. Tal concepção só pode ser superada quando a ética for compreendida como parte da práxis humana e, como tal, imanente à natureza material e histórica do ser humano. Segundo Lukács, essa concepção ontológica histórico-social e materialista do ser humano pode conferir à ética uma perspectiva emancipatória. Neste sentido, por considerar o processo de trabalho como o principal elemento estruturante da práxis humana, tal perspectiva necessariamente deve ser desenvolvida pelo extensionista, inclusive por meio da disciplina de extensão rural, no âmbito de uma formação científica que lhe possibilite uma análise objetiva da realidade agrária.

Palavras-chave: Prática de extensão; Princípios morais; Estranhamento.

Abstract

The article aims to analyze how ethical concepts influence the practice and teaching of rural extension. The theoretical framework adopted is based on the work of György Lukács, which shows the religious character presented by ethics in contemporary societies, which gives rise to ahistorical and supposedly universal ethical concepts. Such a religious conception can only be overcome when ethics is understood as part of human praxis and, as such, immanent to the material and historical nature of the human being. According to Lukács, this historical-social and materialist ontological conception of the human being can give ethics an emancipatory perspective. In this sense, considering the labour process as the main structuring element of human praxis, such a perspective must necessarily be developed by the extensionist, including through the discipline of rural extension, within the scope of a scientific training that allows him to carry out an objective analysis of agrarian reality.

Keywords: Extension practice; Moral principles; Estrangement.

Introdução

Há várias décadas se intensificam as críticas ao papel instrumental muitas vezes desempenhado pela extensão rural na implantação e expansão do padrão tecnológico dominante na agricultura, o qual é responsável por graves problemas sociais e ambientais. Tal padrão tecnológico tem como principal protagonista um poderoso bloco econômico e político, o

III SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL

DE 26 A 28 DE JUNHO

As Instituições de Ensino e a Promoção da Agroecologia na Política de Extensão Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)



chamado “Agronegócio”, o qual exerce uma forte hegemonia ideológica na sociedade brasileira (PINTO, 2010).

Como em vários posicionamentos do ser humano diante da realidade social, essas críticas possuem motivações éticas. Partindo deste ponto de vista, este artigo tem como objetivo analisar como as concepções éticas, mesmo quando assumidas de forma tácita e inconsciente, influenciam a prática e o ensino da extensão rural. Para tanto, o referencial teórico deste artigo, apresentado na primeira seção, foi elaborado, essencialmente, com base na obra de György Lukács, cuja reflexão sobre a ética, de caráter histórico-materialista, se desenvolve a partir de uma perspectiva emancipatória. Na segunda seção são discutidas as consequências das concepções de Lukács sobre a dimensão ética da extensão rural e suas relações com o ensino dessa área do conhecimento, salientando a perspectiva emancipatória proposta pelo autor. Na terceira seção são apresentadas as conclusões.

Ética e emancipação humana no pensamento de György Lukács

Um aspecto importante do pensamento de Lukács é o papel central por ele atribuído ao exame de questões de ordem ontológica, a partir do qual o autor identifica o trabalho como a característica constitutiva fundamental do ser humano (LUKÁCS, 2013a). Segundo o autor, o trabalho, em última instância, se constitui na forma típica de como os seres humanos se relacionam com a natureza, a qual é sempre mediada por relações entre os próprios seres humanos (relações sociais). Além disto, o trabalho é considerado como o modelo geral de toda práxis humana, como a arte, a religião e a ciência (LUKÁCS, 2013a, p. 69). Fundamentalmente o processo de trabalho tem início em um reflexo da realidade objetiva sobre a consciência do indivíduo, a partir do qual este concebe o objeto por ele desejado, ou seja, define uma “posição teleológica”, que orienta a mobilização de processos causais existentes na natureza para produzir o objeto, o qual é validado, ou não, de acordo com a sua correspondência com o objeto concebido anteriormente. O trabalho, portanto, requer um conhecimento objetivo de processos causais. Caso a interferência da subjetividade que, necessariamente, incide sobre a concepção do objeto, esteja em contradição com os processos causais que ela procura mobilizar, o resultado é distinto do pretendido, podendo chegar a neutralizar todo o esforço dispendido.

III SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL

DE 26 A 28 DE JUNHO

As Instituições de Ensino e a Promoção da Agroecologia na Política de Extensão Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)



O aperfeiçoamento do processo de trabalho, portanto, exige o desenvolvimento de um conhecimento objetivo da realidade. Com a divisão social do trabalho, no entanto, esse processo se complexifica. As atividades relacionadas à definição das posições teleológicas, à mobilização dos processos causais e à validação do objeto produzido passam a ser de responsabilidade de diferentes agentes. A partir desse processo formam-se as classes sociais e estabelecem-se relações de produção, de troca e de propriedade, características de determinado modo de produção. No capitalismo, as relações sociais fundamentais correspondem entre, por um lado, a dos capitalistas, detentores dos meios de produção, os quais são responsáveis, em última instância, pelas decisões relativas ao que e como produzir, e, por outro lado, os trabalhadores que, destituídos de meios de produção, se limitam a mobilização dos processos causais de produção. No entanto, a divisão do trabalho nas sociedades modernas é muito mais ampla. Ela comporta também classes sociais cuja práxis é elaborar posições teleológicas com o objetivo de agir sobre outras posições teleológicas. Nestes casos, a validação do resultado dessas posições teleológicas é muito mais complexa e difícil, pois muito mais influenciável pela subjetividade do que as posições teleológicas que incidem sobre processos causais diretamente observados na natureza. É nessas classes sociais que se situam professores, pesquisadores e técnicos (e, portanto, dentre esses profissionais, os que se dedicam à extensão rural).

Resultante desse complexo processo de desenvolvimento da subjetividade, o ser social, considerado individualmente, apresenta características que Lukács analisa por meio das categorias da singularidade, da particularidade e da universalidade. De acordo com Lukács (2013, p. 78), o indivíduo, como produto de múltiplas determinações sociais, é sempre uma singularidade, no sentido de que sempre apresenta especificidades únicas. Quando em uma formação social um conjunto de indivíduos possuem características em comum, suas singularidades podem convergir “estatisticamente”, resultando na formação de uma particularidade. Para Lukács (2013, p. 78), porém, é importante salientar a característica “estatística” da particularidade, pois a singularidade de um indivíduo jamais pode ser reduzida a uma particularidade. Enfim, a categoria da universalidade está relacionada ao fato de todos os indivíduos pertencerem a um “gênero humano”, de caráter universal. A manifestação primeira dessa universalidade é representada pela própria espécie humana. Mas esta

III SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL

DE 26 A 28 DE JUNHO

As Instituições de Ensino e a Promoção da Agroecologia na Política de Extensão Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)



universalidade “em si”, biológica, ainda não é a plena realização do ser humano como ser social universal, “para si”. Somente a partir das suas experiências concretas, ocorridas no seio de um processo histórico (portanto, aberto), é que o ser humano pode se desenvolver plenamente como ser social universal.

Como já mencionado, os seres humanos, ao trabalhar, fazem escolhas, as quais se complexificam com a divisão social do trabalho. Surge, assim, a possibilidade de antagonismos entre a ação individual e as necessidades sociais (supostas ou reais), o que exige a existência de certos ordenamentos gerais ao comportamento dos indivíduos. Esses ordenamentos, mediadores das relações entre indivíduo e sociedade, constituem a ética (LUKÁCS, 2013a, p. 251). No entanto, a ética pode se expressar de diferentes formas, dentre as quais se destaca a sua manifestação por meio da religião. Neste caso, a concepção da ética como algo transcendental à materialidade do mundo, assentada sobre princípios morais supostamente universais, faz com ela seja apresentada de uma forma estática e a-histórica. Tal concepção relaciona-se estreitamente com uma “ética da convicção” (LUKÁCS, 2013a, p. 314), ou, como alguns autores expressam, “ética das intenções” (PINTO, 2006), segundo a qual os princípios morais devem ser aplicados de forma apriorística, dispensando uma análise metódica e objetiva das suas reais consequências.

Além da ética historicamente veiculada pelas religiões tradicionais, nas sociedades contemporâneas há também uma ética baseada em uma religiosidade própria ao capitalismo. Ocorre que o fenômeno religioso não diz respeito apenas à crença em entidades divinas. Assim como nas religiões teológicas, nas quais os seres humanos criam divindades e passam a acreditar serem delas a criatura, todo fenômeno em que o ser humano cria uma representação e passa a crer que deve obedecer a ela é um fenômeno religioso (MARX, 2010, p. 9). E tais representações religiosas não se constituem em simples ficções, mas como algo necessário ao funcionamento da sociedade, em especial no que diz respeito aos processos sociais relacionados à sua reprodução material, de acordo com certa configuração histórica. É por esta razão que o jovem Marx, ao romper com os hegelianos de esquerda, que viam no combate ideológico à religião o principal aspecto da sua ação política, afirmou que não se trata de combater as religiões em si mesmas, ou seja, no plano ideológico, mas sim em promover a superação das

III SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL

DE 26 A 28 DE JUNHO

As Instituições de Ensino e a Promoção da Agroecologia na Política de Extensão Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)



condições objetivas que as tornam necessárias (MARX, 2010). É a partir desse posicionamento que Marx passou a se dedicar intensamente à compreensão dos processos sociais relacionados à reprodução material da sociedade, nos quais ele identifica uma generalizada reificação das relações sociais, das quais resulta o que ele denomina de “fetichismo da mercadoria” (MARX, 2011, p. 207). O estranhamento dos trabalhadores em relação ao produto da sua própria atividade, que eles atribuem ao capital, encontra-se na origem dessas reificações, a partir das quais os seres humanos tendem a manter relações alienadas, que reforçam os seus particularismos, especialmente o de classe, em detrimento da sua universalidade para si. Nas sociedades contemporâneas, tal alienação torna o ser humano vulnerável a toda sorte de irracionalismos, inclusive às suas formas eticamente mais perversas, como as que caracterizam o fascismo (LUKÁCS, 2020).

Neste contexto, reforça-se uma concepção ética característica do utilitarismo capitalista pois baseada apenas nas consequências. Uma concepção que pode gerar um comportamento que, no limite, traduz certa neutralização da própria ética, na medida em que ações a princípio moralmente condenáveis podem se tornar plenamente aceitáveis, desde que os seus resultados sejam considerados positivos. Um exemplo de aplicação dessa ética das consequências, que possui um caráter paradigmático no capitalismo, é o da “mão invisível do mercado”, segundo o qual é o egoísmo dos agentes econômicos, e não intenções baseadas em princípios morais, que pode assegurar a satisfação das necessidades materiais da sociedade, com o mais alto grau de bem estar social possível.

De acordo Lukács (2013a, p. 314-315), esse dilema entre intenção e consequência é superado quando a ética é compreendida como parte da práxis humana e, como tal, imanente à natureza material e histórica do ser humano. Além disto, a ontologia do ser social proposta por Lukács aponta claramente para o fato de que quaisquer que sejam os princípios éticos adotados pelos indivíduos, subjacente a eles encontra-se a representação de relações sociais que ele considera as mais adequadas, as quais, mesmo que de forma tácita e inconsciente, configuram os fundamentos de certo projeto social. Neste sentido, a compreensão da natureza histórico-material do ser humano pode ampliar as possibilidades do surgimento de uma ética mediadora da superação das particularidades do indivíduo, orientando-o em direção a sua realização como

III SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL

DE 26 A 28 DE JUNHO

As Instituições de Ensino e a Promoção da Agroecologia na Política de Extensão Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)



ser para si do gênero humano, o que implica em um projeto social fundamentalmente emancipatório. Neste sentido, as relações entre a ética e a superação do estranhamento são assim expressas por Lukács,

É só na ética que (...) uma decisão eletiva ditada pelo preceito interior de reconhecer como seu dever o que está em conformidade com a sua própria personalidade amarra o fio que liga o gênero humano ao indivíduo que está superando a sua própria particularidade. O desenvolvimento social em seu decurso real cria a possibilidade objetiva para o ser social do gênero humano. As contradições internas do caminho para chegar lá, que se objetivam como formas antinômicas da ordem social, assentam, por seu turno, a base para que a evolução do simplesmente singular rumo à individualidade possa converter-se, ao mesmo tempo, em base portadora do gênero humano no plano da consciência. O ser-para-si do gênero humano é, portanto, o resultado de um processo, que se desenrola tanto na produção econômico-objetiva global como na reprodução dos homens singulares. (LUKÁCS, 2013a, 251-252).

Com base na concepção de Lukács descrita nos parágrafos anteriores tem se desenvolvido uma importante reflexão sobre as relações entre ética e educação. A partir da ontologia do ser social proposta por Lukács, Lopes (2006) salienta que é o trabalho, e não a educação, que é o processo fundante do ser humano. No entanto, a autora observa que o próprio trabalho não se efetiva sem uma dimensão ideológica, isto é, sem um processo educativo dos valores, costumes e normas relacionados à reprodução social. É a partir desse processo educativo, que ocorre tanto em um quadro institucional, como no âmbito do cotidiano, é que se constitui o que a autora denomina de teleologias “secundárias”, ou seja, posições teleológicas cuja função é agir sobre outras posições teleológicas. Assim, a educação se constitui em uma forma de inserir os indivíduos na divisão social do trabalho.

Como discutido anteriormente, a existência de verdadeiras alternativas que se colocam ao indivíduo no momento da definição de uma posição teleológica, faz com que a objetivação do produto do trabalho não possa ser avaliada sem certo grau de subjetividade. No caso das teleologias secundárias, tal subjetividade assume um papel muito maior. A educação, assim, possui uma natureza intrinsecamente ideológica, o que pode fazer dela tanto uma via de consolidação do estranhamento dos seres humanos em relação à sua natureza histórica e material, como uma prática mediadora da superação de tal estranhamento, o que se expressa claramente na sua dimensão ética (LOPES, 2006). No entanto, se a educação tem como função a inserção dos indivíduos na divisão social do trabalho, como mencionado anteriormente, é

III SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL

DE 26 A 28 DE JUNHO

As Instituições de Ensino e a Promoção da Agroecologia na Política de Extensão Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)



preciso não esquecer, como salienta a autora, que isto ocorre na quase totalidade das sociedades contemporâneas no interior de um sistema capitalista (LOPES, 2006). Nestas circunstâncias, a educação tende fortemente a veicular concepções éticas conservadoras. Assim, um pré-requisito fundamental para que a educação possa se constituir como mediadora da superação do estranhamento é a elucidação das concepções éticas que a orientam.

Ética e emancipação humana no ensino de Extensão Rural

As concepções sobre a natureza e a função da ética na sociedade elaboradas por Lukács sintetizadas na seção anterior podem trazer elementos importantes para uma análise objetiva da dimensão ética da extensão rural. Ela nos alerta sobre a necessidade de superar a avaliação ética de ações de extensão rural, assim como do seu ensino, baseando-se uma em concepção dicotômica entre intenção e consequência. Quando consideradas como antinomias, tanto as intenções como as consequências podem induzir a ações com resultados contraditórios com os princípios morais que se procura aplicar. Por exemplo, a promoção da agricultura familiar desvinculada de uma análise dos processos objetivos responsáveis pela reprodução material e, a partir desses processos, pela diferenciação social dos agricultores, pode favorecer a integração da produção familiar ao processo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, sem contribuir para a superação dos seus efeitos sociais e ambientais negativos. O mesmo se pode observar em relação à promoção da sustentabilidade ecológica da agricultura, quando realizada sem uma análise das condições objetivas necessárias para a generalização das práticas protagonizadas.

No que diz respeito à adoção das consequências como critério de avaliação ética de ações de extensão rural, isto pode levar a um rebaixamento das exigências éticas vinculadas a essas ações, podendo chegar ao ponto da supressão de qualquer princípio ético. Neste caso, as ações extensionistas tendem a se alinhar com o desenvolvimento hegemônico da agricultura, se desvinculando, assim, de qualquer perspectiva relacionada a sua superação.

Como discutido na seção anterior, a origem dessa concepção dicotômica da ética está na sua desvinculação da práxis humana, ou seja, do conjunto das relações que os seres humanos mantêm entre si e com a natureza. Também de acordo com a discussão realizada anteriormente,

III SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL

DE 26 A 28 DE JUNHO

As Instituições de Ensino e a Promoção da Agroecologia na Política de Extensão Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)



o restabelecimento deste vínculo requer a consideração da ética como um momento da superação dos estranhamentos dos indivíduos em relação à sua natureza material e histórica. A ética, assim, passa a ser concebida a partir de uma perspectiva emancipatória, que afirma a capacidade dos seres humanos, social e individualmente, de assumirem de forma consciente a sua própria história, desvinculando-se de qualquer motivação irracional. Portanto, a adoção de uma perspectiva histórico-materialista implica em uma ética emancipatória.

No que diz respeito à extensão rural, a adoção de uma ética emancipatória implica na necessidade das suas práticas se basearem em análises objetivas da realidade agrária, centradas nos processos de reprodução material e de diferenciação social dos agricultores. É importante, porém, salientar que essas análises devem ser realizadas em condições concretas, as quais sempre são, em menor ou maior grau, abertas à novas possibilidades na medida em que, como discutido na seção anterior, o processo social de trabalho sempre implica em escolhas, o que implica que eles jamais são definidos apenas pelas condições técnicas de produção. Além disso, é importante também salientar que a identificação e a escolha de alternativas não prescindem de convicções éticas bem estabelecidas, baseadas em um projeto social cujos fundamentos precisam ser constantemente explicitados, ao mesmo tempo em que se aperfeiçoa como resultado da análise das próprias ações por ele suscitadas.

Neste cenário, destacam-se as ações e o ensino de extensão voltados para a promoção da Agroecologia, os quais encontram imensas dificuldades devido ao forte poder econômico, político e ideológico do Agronegócio. É com base em uma ética das consequências que os protagonistas do Agronegócio procuram invisibilizar os efeitos sociais e ambientais negativos provocados pela produção agropecuária, enfatizando o caráter “moderno” e o peso econômico do setor. Diante desta situação, até mesmo certos protagonistas da Agroecologia, também baseados em uma ética das consequências, consideram impossível de se contrapor globalmente ao Agronegócio, passando, assim, a se dedicar a medidas meramente compensatórias dos efeitos perversos do padrão tecnológico vigente.

Por outro lado, uma ética que tenha como base apenas as intenções pode levar a ações cuja contribuição à promoção da Agroecologia é, no mínimo, incerta. Neste caso, a definição de tais ações seria realizada exclusivamente a partir da subjetividade dos extensionistas,

III SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL

DE 26 A 28 DE JUNHO

As Instituições de Ensino e a Promoção da Agroecologia na Política de Extensão Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)



independentemente dos seus resultados, os quais, muitas vezes sequer são analisados objetivamente.

A adoção de uma ética emancipatória implicaria na definição e na avaliação das ações de extensão com base em análises objetivas dos processos de reprodução material e de diferenciação social dos agricultores. Neste processo, é importante que o extensionista realize um esforço constante de explicitação, para si mesmo, do projeto social subjacente aos posicionamentos éticos que orientam suas ações, especialmente no que diz respeito, no quadro desse projeto, ao processo de reprodução material e à estrutura de classes da sociedade em seu conjunto. Assim, embora esse projeto social, fundamentalmente, defina convicções relativamente estáveis, ele deve ser constantemente revisado e aperfeiçoado com base nos resultados das próprias ações extensionistas, suscitando assim novos posicionamentos éticos. Nestas condições, a perspectiva agroecológica pode contribuir decisivamente para um posicionamento ético do extensionista coerente com a promoção de uma agricultura economicamente produtiva, socialmente justa e ecologicamente sustentável.

Enfim, é importante realizarmos aqui algumas considerações sobre a repercussão da concepção ética proposta por Lukács sobre o ensino de extensão rural. Essa concepção torna evidente que a discussão da dimensão ética da extensão rural com os estudantes não pode ser feita por meio da defesa de princípios morais pretensamente universais. Isto porque uma ética emancipatória não pode ser ensinada de forma abstrata. Ela só pode ser apreendida ao longo de uma análise de situações concretas. Portanto, o conteúdo da disciplina de extensão rural deve incluir a aplicação de métodos precisos e específicos para a análise de situações agrárias centrada nos processos de trabalho dos agricultores, a partir da qual os estudantes devem se tornar capazes de compreender os determinantes históricos dos processos de reprodução material e de diferenciação social presentes na agricultura local, discernindo possibilidades e alternativas de desenvolvimento com uma postura aberta ao diálogo e em interação com os agricultores. O aprendizado de tais métodos implica na capacidade de sintetizar conhecimentos de diferentes áreas, assim como o domínio de princípios teóricos e metodológicos compatíveis com uma visão genuinamente interdisciplinar da agricultura. Isto implica que o ensino de extensão rural voltado para uma ética emancipatória deve estar integrado a um conjunto de

III SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL

DE 26 A 28 DE JUNHO

As Instituições de Ensino e a Promoção da Agroecologia na Política de Extensão Rural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)



disciplinas que assegure uma formação científica do extensionista que lhe permita uma análise rigorosa e objetiva da realidade agrária.

Considerações finais

A discussão realizada ao longo deste texto problematizou a influência exercida pelas concepções éticas do extensionista sobre a sua prática, o mesmo podendo ser afirmado em relação aos professores que se dedicam ao ensino de extensão rural e à Agroecologia. Neste sentido, destacamos como a concepção ontológica histórico material do ser humano proposta por Lukács confere à ética uma perspectiva emancipatória. A adoção de tal concepção no ensino e na prática da extensão rural, porém, deve ocorrer no âmbito de uma sólida formação científica.

Referências

LOPES, Fátima Maria Nobre. **Lukács: Estranhamento, Ética e Formação Humana**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3286>, acesso em: 04 de abril de 2024.

LUKÁCS, György. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2013. *E-book*.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013a. *E-book*.

MARX, Karl. **Contribution à la critique de la philosophie du droit de Hegel. Introduction**. Genève : Éd. Entremonde, 2010 [1844].

MARX, Karl. **O Capital**, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011 [1894] (ebook).

PINTO, Raphaella Giffoni. **O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projeto e atuação da Associação Brasileira do Agribusiness (1990-2002)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16856>, acesso em: 02 de abril de 2024.